



FUNDAÇÃO
JOSÉ
NEVES

ESTATUTOS

FUNDAÇÃO JOSÉ FERREIRA NEVES

ENTER_____HERE.

ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO JOSÉ FERREIRA NEVES

Artigo Primeiro

DENOMINAÇÃO

A Fundação denominada Fundação José Ferreira Neves, doravante designada abreviadamente por Fundação, é uma instituição que se rege pelo disposto na lei e nos presentes Estatutos.

Artigo Segundo

FUNDADOR

A Fundação é instituída por José Manuel Ferreira Neves, casado, contribuinte fiscal [REDACTED], residente em [REDACTED], em nome e representação de José Neves Foundation registada no Reino Unido sob o nº 1182088, com sede em 26, Grosvenor Street, W1k, 4QW, Londres, no Reino Unido.

Artigo Terceiro

SEDE E DURAÇÃO

A Fundação tem a sua sede no Largo de Nevogilde, número nove, da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, do concelho do Porto, e durará por tempo ilimitado, , sendo-lhe permitido, igualmente, criar delegações ou quaisquer outras formas de representação onde for julgado conveniente para o cumprimento dos seus fins.

Artigo Quarto

FINS

A Fundação tem fins de natureza filantrópica, caritativa, científica, desportiva, religiosa, literária, cultural, educacional, com vista à promoção do desenvolvimento social, cultural e económico e da cidadania, à promoção do empreendedorismo, ao desenvolvimento e à



inovação tecnológicas.-----

-----Artigo Quinto-----

-----ACTIVIDADE-----

Para a realização dos seus fins de natureza filantrópica, caritativa, científica, desportiva, religiosa, literária, cultural, educacional, com vista à promoção do desenvolvimento social, cultural e económico e da cidadania, à promoção do empreendedorismo, ao desenvolvimento e à inovação tecnológicas, a Fundação poderá, nomeadamente:-----

a) Promover o desenvolvimento da educação e da investigação, através da criação e assistência a estabelecimentos de ensino técnico e/ou profissional, e ainda através da concessão de subvenções, bolsas de estudo e empréstimos a estudantes, com propósitos educacionais e/ou de investigação;-----

b) Promover o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida;-----

c) Apoiar a realização das pesquisas no âmbito do desenvolvimento e da aplicação das novas tecnologias nas áreas da educação, do ensino, da investigação, do empreendedorismo, da inovação e em quaisquer outros campos que sejam consideradas apropriados pelo conselho de administração e divulgar os seus resultados;-----

d) Possuir, gerir e apoiar, directa ou indirectamente, total ou parcialmente, instituições e estabelecimentos de ensino e/ou de investigação e coordenar e/ou dirigir as suas actividades;-----

e) Comprar, arrendar, permutar, contratar ou por qualquer outra forma adquirir, manter, gerir, desenvolver e dispor de qualquer propriedade ou direito, independentemente da sua localização, bem como construir, modificar, melhorar, demolir ou manter qualquer edifício ou construção;-----

f) Usar, aplicar, dar, consagrar, acumular ou distribuir periodicamente a totalidade ou parte dos fundos da Fundação ou os rendimentos daí resultantes para a prossecução dos



fins de natureza filantrópica, caritativa, científica, desportiva, religiosa, literária, cultural, educacional, com vista à promoção do desenvolvimento social, cultural e económico e da cidadania, à promoção do empreendedorismo, ao desenvolvimento e à inovação tecnológicas, pelos meios que o conselho de administração considere aconselháveis, e estabelecer e manter instituições, organizações ou actividades caritativas, assim como apoiar actividades, instituições ou organizações já existentes;-----

g) Promover, constituir ou associar-se na promoção ou constituição de qualquer pessoa colectiva com fins caritativos, de responsabilidade limitada ou ilimitada, com o fim de realizar qualquer objecto ou exercer qualquer poder que possa ser prosseguido pela própria Fundação, subscrever, adquirir ou deter participações sociais, nos termos que se considerem adequados;-----

h) Estabelecer, manter, controlar e gerir sucursais da Fundação de modo adequado e, periodicamente, determinar a constituição de direitos, privilégios, obrigações e deveres dessas sucursais e, quando seja conveniente, dissolvê-las ou modificá-las;-----

i) Vender, locar, gerir, arrendar, onerar ou dispor de bens patrimoniais da Fundação;-----

j) Suportar todas as despesas inerentes à formação e ao registo da Fundação;-----

l) Promover, executar e realizar quaisquer iniciativas caritativas e angariar, subscrever ou garantir fundos para fins caritativos;-----

m) Estabelecer, apoiar e auxiliar o estabelecimento e manutenção de quaisquer associações ou instituições caritativas;-----

n) Solicitar, receber e aceitar apoios ou assistência financeira, subvenções, doações, ofertas, legados, deixas e empréstimos de dinheiro, rendas, heranças e quaisquer outros bens, sujeitos ou não a qualquer fideicomisso ou condição de ordem caritativa;-----



o) Associar-se ou estabelecer qualquer acordo de cooperação, ou similar forma de cooperação com qualquer outra instituição, sociedade ou organização caritativa, nacional ou internacional, de fins não lucrativos, que desempenhem ou visem desempenhar, directa ou indirectamente, actividades susceptíveis de promoverem a realização dos fins da Fundação;-----

p) Promover a cooperação internacional tendo em vista a prossecução dos fins da Fundação;-----

q) Apoiar e patrocinar financeira e logisticamente estudos, organização de reuniões, seminários, congressos, conferências ou outros eventos ou iniciativas aptos a prosseguir os fins da Fundação;-----

r) Realizar qualquer outra tarefa legal com o propósito de alcançar os objectivos acima mencionados.-----

-----Artigo Sexto-----

-----PATRIMÓNIO-----

1 - O património inicial mínimo da Fundação consiste no valor pecuniário de duzentos e cinquenta mil euros atribuído pela José Neves Foundation registada no Reino Unido sob o nº 1182088, com sede em 26, Grosvenor Street, W1k, 4QW, Londres, no Reino Unido. ---

2- A Fundação poderá receber apoios, ofertas, doações ou quaisquer transmissões de bens a título gratuito, sujeitas ou não a qualquer condição, que o conselho de administração é inteiramente livre de aceitar ou recusar sem necessidade de justificar a sua decisão. Qualquer condição expressa ou associada a uma doação ou oferta deverá ser tomada em consideração pelo conselho de administração, sem, contudo, determinar qualquer obrigação da sua satisfação, quer da parte da Fundação, quer do conselho de administração.-----

3 - A administração do património da Fundação incumbe exclusivamente ao conselho de



administração.-----

-----Artigo Sétimo-----

-----ÓRGÃOS-----

São órgãos da Fundação:-----

a) O conselho de administração;-----

b) O órgão executivo;-----

c) O fiscal único-----

-----Artigo Oitavo-----

-----CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----

1 - O conselho de administração é constituído por número impar de membros, entre o mínimo de três e o máximo de sete membros, livremente designados pelo representante legal da Fundadora, sendo o seu mandato de quatro anos passível de renovação.-

2 - O mandato dos membros do conselho de administração poderá ser, em qualquer altura, revogado pelo representante legal da Fundadora.-----

3 - O representante legal da Fundadora é o Presidente do Conselho de Administração e, nessa qualidade, presidirá a todas as reuniões do conselho de administração. -----

-----Artigo Nono-----

-----COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----

Ao conselho de administração compete a gestão da Fundação e, em particular,-----

a) Definir a organização interna da Fundação;-----

b) Administrar e dispor do património da Fundação, afectando-o aos fins da Fundação, cabendo-lhe deliberar sobre a alienação, total ou parcial, de bens móveis, móveis sujeitos a registo ou imóveis de que seja titular, bem como proceder à oneração dos mesmos e ainda deliberar sobre a aquisição de bens móveis, móveis sujeitos a registo ou imóveis, decidindo sobre a celebração de todo o tipo de contrato que envolva, nomeadamente, a



gestão ou a exploração parcial ou global do seu património e a construção de imóveis em alguma propriedade da Fundação;-----

c) Preparar, deliberar e aprovar o orçamento e o plano anual de actividade da Fundação;-

d) Preparar e aprovar o relatório anual, o balanço e as contas de cada exercício;-----

e) Contrair empréstimos e conceder garantias, nomeadamente hipotecas sobre bens imóveis da Fundação;-----

f) Avaliar e aprovar propostas de projectos ou actividades, aprovar a concessão de subvenções, apoios ou empréstimos a projectos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;-----

g) Contratar e dirigir os colaboradores da Fundação, quer em regime de prestação de serviços, quer em regime de trabalho subordinado;-----

h) Representar a Fundação em juízo, activa e passivamente, bem como perante terceiros, em quaisquer actos ou contratos;-----

i) Instituir, manter e conservar sistemas internos de controlo contabilístico, incluindo os livros e registos respeitantes a todas as transacções, bem como entradas e saídas de fundos, por forma a reflectirem correctamente, em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;-----

j) Fixar a remuneração, caso assim decida, de quaisquer membros de órgãos sociais ou pessoas que contribuam para a realização dos fins a que a Fundação se proponha;-----

k) Deliberar sobre a proposta de alteração dos Estatutos e transformação ou extinção da Fundação;-----

l) Decidir sobre quaisquer outras matérias que respeitem à actividade da Fundação. -----

-----Artigo Décimo -----

-----FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----



1 - O conselho de administração reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente.-----

2 - As deliberações do conselho de administração são tomadas por maioria.-----

3 - Poderá o conselho de administração delegar no seu presidente, a administração de alguma das actividades da Fundação. -----

-----Artigo Décimo Primeiro -----

-----VINCULAÇÃO -----

A Fundação fica obrigada, em quaisquer actos ou contratos, pela assinatura do presidente ou ainda pela assinatura de um ou mais mandatários, nos termos dos respectivos mandatos. -----

-----Artigo Décimo Segundo -----

-----ÓRGÃO EXECUTIVO-----

1 - O órgão executivo é composto por um membro, que integrará o conselho de administração, sendo designados pelo Fundador.-----

2 - O órgão executivo assumirá a designação de Presidente Executivo ou Director Executivo.-----

3 - O mandato do órgão executivo coincide com o mandato do conselho de administração, podendo ser reconduzido, nas suas funções, uma ou mais vezes, nos termos legais. -----

-----Artigo Décimo Terceiro-----

-----Competência do Órgão Executivo -----

Ao Órgão Executivo cabe a gestão corrente da Fundação e, em especial: -----

a) Gerir a actividade corrente da Fundação, de acordo com os princípios definidos nestes estatutos e prosseguindo a realização dos fins fundacionais;-----



b) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, das actividades e das contas de acordo com a lei, os estatutos e as deliberações dos órgãos da Fundação. ----

----- Artigo Décimo Quarto -----

----- FISCAL ÚNICO -----

1 – A fiscalização da Fundação é exercida por um fiscal único designado pelo Presidente do conselho de administração. -----

2 – O exercício de funções no órgão de fiscalização é incompatível com a titularidade simultânea de cargos de administração ou gestão corrente da Fundação.-----

3 - O mandato do fiscal único é de quatro anos.-----

----- Artigo Décimo Quinto -----

----- COMPETÊNCIA DO FISCAL ÚNICO -----

Compete ao fiscal único:-----

a) Verificar se a administração da Fundação se exerce de acordo com a lei e os Estatutos;

b) Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos; -----

c) Verificar a exactidão das contas anuais da Fundação;-----

d) Elaborar um relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora;-----

e) Emitir parecer sobre o relatório e as contas do exercício;-----

f) Emitir parecer sobre o plano de actividades e orçamento para o ano seguinte;-----

g) Emitir parecer sobre quaisquer assuntos que os restantes órgãos da Fundação submetam à sua apreciação;-----

----- Artigo Décimo Sexto -----

----- COMISSÕES EVENTUAIS -----



1 - Sob proposta do seu Presidente, o conselho de administração poderá criar uma ou mais comissões que o possam coadjuvar no desempenho das suas funções.-----

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o conselho de administração fixará a composição e funcionamento de tais comissões, procedendo, nos termos dessa regulamentação, à criação e nomeação das comissões consideradas adequadas á prossecução da actividade da Fundação.-----

-----Artigo Décimo Sétimo-----

-----ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS-----

Os presentes Estatutos só poderão ser alterados através de escritura pública após a correspondente autorização administrativa, devendo as alterações ser publicadas no Portal da Justiça.-----

-----Artigo Décimo Oitavo-----

-----EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO -----

1 - A proposta de extinção da Fundação deve ser aprovada por deliberação do Conselho de Administração tomada por maioria qualificada de três quartos dos membros em exercício e em reunião convocada expressamente para o efeito.-----

2 - Em caso de extinção da Fundação, o seu património será sempre afecto à prossecução dos fins previstos no artigo 4.º e, para tal, entregue a instituição ou instituições que se dediquem à prossecução daqueles fins, nos termos definidos pelo conselho de administração, ouvido o Fundador, se fôr vivo.-----

